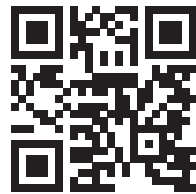


15 HISTÓRIAS PARA INCLUIR

15 CASOS, 15 CONTEXTOS,
15 DESFECHOS POSSÍVEIS
—
SITUAÇÕES PARA REFLEXÃO
E DEBATE



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

15 HISTÓRIAS PARA INCLUIR

COORDENAÇÃO

Rita Cadima
Isabel Pereira
Manuela Francisco
Sónia Cunha

ORGANIZAÇÃO

Unidade de Ensino a Distância

EDIÇÃO

Instituto Politécnico de Leiria

REVISÃO

Sónia Pedro
Carina Rodrigues
Sandro Costa

GRAFISMO

Joana Mineiro

VERSÃO HTML ACESSÍVEL

Cláudio Esperança
Sandro Costa
Catarina Maximiano
Manuela Francisco
Joana Mineiro

ISBN

978-972-8793-87-6

2019

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	04
Equipa Coordenadora	
COMO ESTÁ ORGANIZADO	05
Unidade de Ensino a Distância	
CASO 1: O VÉU QUE COBRE UMA HISTÓRIA	06
Autor: Sónia Cunha	
CASO 2: O ELEARNING, OS SÍMBOLOS E OUTROS DESAFIOS	10
Autores: Carina Rodrigues e Manuela Francisco	
CASO 3: WEB DESIGN: CRIATIVIDADE OU ACESSIBILIDADE?	14
Autores: Joana Mineiro e Manuela Francisco	
CASO 4: A TECNOLOGIA SERÁ UMA SOLUÇÃO?	18
Autor: Célia Sousa	
CASO 5: COMÉRCIO ONLINE? É SÓ UM CLIQUE...	22
Autores: Manuela Francisco e Norberto Sousa	
CASO 6: COMUNICAR NO SILÊNCIO	26
Autores: Natália Tomás e Renato Coelho	
CASO 7: URBANISMO, ACESSIBILIDADE E BOM SENSO	30
Autores: Manuela Francisco e Norberto Sousa	
CASO 8: CORES, AROMAS E OUTRAS DIFERENÇAS CULTURAIS	34
Autor: Sónia Cunha	
CASO 9: CONFERÊNCIA INCLUSIVA	38
Autores: Catarina Mangas e Joana Sousa	
CASO 10: O VALOR DO TEMPO: PACIÊNCIA E TOLERÂNCIA	42
Autor: Olga Santos	
CASO 11: ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DE TRABALHO	46
Autores: Luís Filipe, Patrícia Pereira, Sandra Alves e Graça Seco	
CASO 12: ACESSO AO ENSINO SUPERIOR – UMA MIRAGEM?	50
Autores: Celina Gaspar e Rosa pedro	
CASO 13: PREVENÇÃO OU PRECONCEITO?	54
Autor: Clara Leão	
CASO 14: FOTOGRAFIA PARA TODOS: UM MITO OU UMA REALIDADE?	58
Autores: Andrea Gurgel e Carla Freire	
CASO 15: LET'S MAKE A MOVIE!	62
Autores: Carla Freire e Carlos Silva	

NOTA INTRODUTÓRIA

Após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948, que a inclusão e o respeito pela diferença têm ganho destaque na sociedade moderna, em particular nas 2 últimas décadas. Em 2002 a ONU vai mais longe e reconhece que “A diversidade cultural é tão necessária para a humanidade como a biodiversidade para a natureza”, sendo adotada a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Com base nestes reconhecimentos, algumas transformações vão surgindo nos mais diversos contextos, nomeadamente na Educação. As instituições têm reunido esforços, não só para dar apoio aos estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE), mas também, para formar todos os indivíduos e sensibilizar as instituições para a desmistificação de conceitos e atitudes, contribuindo para uma mudança da mentalidade individual e coletiva da sociedade em que vivemos.

Neste sentido, e consentâneo com as políticas institucionais do Politécnico de Leiria, desenvolveu-se em 2017 o 1º Ciclo de Inclusão em “59 minutos e alguns segundos” que integrou 18 minicursos em formato MOOC (Massive Open Online Courses). O objetivo deste ciclo, na modalidade e formato em que se apresentou, foi sensibilizar o maior número de pessoas para o uso correto da terminologia, dar a conhecer diferentes perfis de pessoas nos vários contextos e respetivas estratégias de intervenção e interação, assim como explorar questões relacionadas com a legislação e com as acessibilidades física e digital.

Contudo o conceito de inclusão é bastante mais vasto e ultrapassa em larga medida o âmbito da incapacidade ou deficiência. Assim, procurando dar continuidade a este projeto, em 2018, o IPLeia lança o 2º Ciclo sob a designação “Diversidade e Desafios”. Este ciclo é formado por 15 minicursos em formato MOOC, que se distinguem dos anteriores pela diversidade de temas e pelo modelo de ensino-aprendizagem adotado. Procurando promover

maiores níveis de interação entre os participantes e aprofundar o debate em torno dos temas apresentados, este ciclo encontra a sua inspiração no modelo de *problem-based learning*, com uma vertente essencialmente reflexiva, onde se pretende debater e refletir sobre situações que ocorrem em diversos contextos da vida diária e que, para a maioria das pessoas, são “invisíveis”.

Dada a diversidade dos casos assim como a riqueza dos debates, consideramos que as temáticas abordadas, pela sua emergência, merecem ser mais debatidas, quer em contextos de ensino quer em contextos sociais. Acreditamos que a compilação destes casos, que além da história apresentada, focam o problema do lado de quem tem o papel de incluir, leva à reflexão do esforço que cada um dos atores deve ter para contribuir para uma sociedade mais justa, tolerante e inclusiva. A maioria das histórias apresentadas são fictícias, porém inspiradas em situações reais, como tal, para cada situação é apresentado um desfecho que deve ser entendido como um exemplo de boa prática e não “A” solução para o problema.

Esta iniciativa não teria sido possível sem o envolvimento dos participantes destes cursos. Neste contexto, é nossa pretensão dar destaque ao seu papel interventivo que impulsionou e motivou o debate. Numa atitude de cidadania ativa, não só demonstraram a sua envolvimento e comprometimento nas temáticas da comunidade que afetam todos e cada um individualmente, como enfatizaram o papel da educação na construção de uma sociedade mais democrática.

Assim, tendo por base estas premissas consideramos que estes casos podem ser uma ferramenta útil para professores, educadores, profissionais que contactam diariamente com o público e todos os interessados pela inclusão e por uma cidadania mais participativa.

Equipa coordenadora

COMO ESTÁ ORGANIZADO

Este livro apresenta os 15 casos que foram desenvolvidos em formato MOOC, por diversos autores, especialistas em cada uma das temáticas.

CADA CASO OBEDECE À SEGUINTE ESTRUTURA

“Para começar...” onde é feita uma introdução ao tema central do caso e são clarificados alguns conceitos abordados.

“Para ler...” expõe uma situação fictícia ou baseada numa situação real, de eminente exclusão.

“Para equacionar...” através de um esquema são apresentados os aspetos-chave que requerem respostas e estratégias de intervenção.

“Para debater...” coloca questões que serviram de mote para o debate do caso, no respetivo curso.

“Para reter...” tendo por base o problema e as questões para debate, apresenta-se um possível desfecho para a situação e sugestões de intervenção para a problemática em análise.

“Para consultar...” lista algumas referências bibliográficas, sugestões de leitura e pesquisa. Ressalva-se o facto dos endereços das ligações (links) externas, apesar de ativas na data da publicação deste livro, poderem ser alteradas ou removidas pelas entidades que os disponibilizam.

Em forma de “Balão de diálogo” são apresentados excertos de mensagens colocadas pelos participantes no fórum de cada caso.

CASO 7

URBANISMO, ACESSIBILIDADE E BOM SENSO

Autores: Manuela Francisco¹ e Norberto Sousa²

¹ Unidade de Ensino a Distância, Instituto Politécnico de Leiria

² ComAcesso



Referir este caso: Francisco, M. & Sousa, N. (2018). Urbanismo, acessibilidade e bom senso. In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). *15 histórias para incluir*. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

PARA COMEÇAR

A acessibilidade física consiste na possibilidade de alcançar, utilizar e interagir de forma autónoma e eficaz com qualquer espaço, objeto ou informação em suporte físico. Para que tal seja possível é necessário ter em conta os princípios do Design Universal, conceito que surgiu apenas na década de 70. Se a questão do “design para todos” é recente, a sua aplicação é morosa e tardia. Só no final do séc. XX a acessibilidade física passou a ser regulamentada em Portugal, através do Decreto-Lei n.º 123/97, revogado pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 que “Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais”.

Vindo reforçar a sua aplicação, a RCM n.º9/2007, aprova o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA), que apresenta de forma sistematizada um conjunto de medidas relacionadas com a acessibilidade física e digital, com o objetivo de proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada ou dificuldades sensoriais, a autonomia, a igualdade de oportunidades e a sua participação social. Contudo, o Decreto-Lei n.º 53/2014 que estabelece um regime excecional aplicável à reabilitação de edifícios habitacionais com pelo menos 30 anos, prevê no seu Art.º 4 a “*Dispensa de aplicação do regime legal de acessibilidades*”.

PARA LER

Vasco é arquiteto e é um dos responsáveis pelo projeto de uma nova urbanização na zona norte da cidade. Como tem um irmão com paralisia cerebral e uma das suas colegas de curso usava cadeira de rodas, as dificuldades de mobilidade não lhe são indiferentes, além de que existe legislação para a acessibilidade física. Assim, uma das preocupações da equipa responsável pelo projeto é a acessibilidade, dentro e fora dos edifícios.

Sendo um projeto que começa de raiz, garantir a acessibilidade é relativamente simples, sobretudo quando se está familiarizado com algumas das barreiras existentes. Contudo, coloca-se o problema dos acessos a esta nova urbanização. A rede de transportes públicos não contempla ainda esta zona da cidade, no entanto, existe uma paragem de autocarro a cerca de 800 metros, que serve uma urbanização existente.



A sensibilização é fundamental desde cedo, mas também é fundamental junto de quem planeia, de quem constrói, de quem regula e de quem fiscaliza... Leis e regulamentos já temos em bom número, é preciso que se comece a transportar finalmente essa teoria para a prática.

Joana Esteves



O Vasco fez o percurso a pé até à paragem e detetou algumas situações que podem criar problemas a alguns moradores. Da nova urbanização até à paragem é necessário descer uma rua que atravessa a velha urbanização.

Os passeios existentes têm cerca de 2 metros de largura. Até aqui tudo bem, mas...

- os prédios existentes têm varandas, que se projetam 1 metro sobre o passeio. Apesar dos prédios terem caves altas, como existe desnível no terreno, o primeiro prédio da rua tem as varandas do rés-do-chão a cerca de 1,50 metros de altura do passeio;
- o material utilizado nos passeios é a bela calçada portuguesa;
- os estacionamentos perpendiculares ao passeio que é relativamente baixo (apenas com 10 cm de altura).

PARA EQUACIONAR

Acesso à rede de transportes públicos

Problemas para quem se desloca a pé

Problemas para pessoas com mobilidade reduzida

Problemas relacionados com os materiais

Legislação sobre alterações do património edificado

(...) o sistema não tem ainda recursos para antecipar de maneira abrangente as situações problemáticas e tende a tratar os projectos seguindo o esquema do *business as usual*. O mais difícil de resolver é tudo o que foi feito anteriormente e que se tornou disfuncional. Seria ótimo que os orçamentos abrissem vias à inovação de modo a reinventar o "viver" nas zonas urbanizadas.

Cristiana Santos

A solução tem que passar por uma reformulação da cidade, sempre tendo em conta que se tratam, muitas vezes, de zonas consolidadas. Criar uma rede pedonal verdadeiramente inclusiva que se articule com a rede de transportes, com os equipamentos, com a cidade em geral, seria o ideal.

Joana Esteves

PARA DEBATER

O QUE FARIA SE FOSSE O VASCO?

Considerando que a legislação se aplica às novas urbanizações e que é difícil intervir no património edificado, que medidas tomaria?

Com ou sem conhecimentos técnicos e legais relativos a esta área, quais as soluções que considera serem as mais adequadas para situações destas? A ideia é fazermos um brainstorming, apelando-se à criatividade, sensibilidade e bom senso.

COMO SE PODEM RESOLVER SITUAÇÕES DESTAS?

QUE PROBLEMAS PODERÃO OCORRER?

Considerando os aspetos detetados pelo Vasco na urbanização existente, que problemas poderão surgir aos utentes?

Já se confrontou com estas ou outras situações urbanísticas/ arquitetónicas? Se sim, indique quais e em que medida afetaram ou afetam o acesso/percurso.

QUE OUTROS EXEMPLOS DE BARREIRAS FÍSICAS?

PARA RETER

Tal como foi referido no debate, os problemas relacionados com o que está edificado, constituem graves barreiras de acessibilidade aos peões.

Assim, considerando que cada caso é um caso, apresentam-se alguns aspetos da proposta do Vasco

- Nas entradas dos novos edifícios colocar mapas em relevo e informação a negro e em Braille sobre os acessos e percursos mais confortáveis para o comércio e estações de transportes públicos mais próximas, alertando para os obstáculos e barreiras que podem ser encontrados nos percursos.

- Solicitar à Câmara Municipal:

- a colocação de um murete a contornar os passeios existentes;
- a colocação de dispositivos eletrónicos no início da rua que enviam através de uma App informação para smartphones e bengalas eletrónicas.

- A colocação de barras em borracha flexível nas varandas que se encontram a 1,5 metros de altura do passeio.

- Solicitar à companhia de transportes públicos que serve a zona, a integração de mais uma paragem no percurso.

PARA CONSULTAR

Referências

Decreto-Lei n.º 163/2006 (2006, agosto 8), do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Diário da República, 1.ª série, N.º 152, pp. 5670 - 5689 <https://dre.pt/pesquisa/-/search/538624/details/normal?q=Decreto-Lei+n.%C2%BA%20163%2F2006%2C%20de+8+de+agosto>

Decreto-Lei n.º 53/2014 (2014, abril 8), do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Diário da República, 1.ª série, N.º 69, pp. 2337 - 2340. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/25344757/details/maximized>

Resolução do Conselho de Ministros N.º 9/2007 (2007, janeiro 17), da Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República, 1.ª série, N.º 12, pp. 366-377. <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/01/01200/03660377.pdf>

Sugestões de pesquisa

Legislação portuguesa relacionada com as acessibilidades físicas. https://www.oasrn.org/apoio.php?pag=tema_detalhe&id=16&num=1

Guia "Acessibilidade e mobilidade para todos" apontamentos para uma melhor interpretação do D.L. 163/2006 de 8 de agosto. <http://www.inr.pt/uploads/docs/acessibilidade/GuiaAcessEmobi.pdf>

Reportagem Público "sente-se na minha cadeira: a cidade não é para todos". https://www.publico.pt/multimedia/interactivo/sente-se-na-minha-cadeira?page=/&b=feature_a